

**COLUNA DO CASTELLO**

MARCELO PONTES

**Em vez de grandes temas, a esperteza**

Não se sabe de uma sessão do Senado para discutir a pauta da reunião de presidentes das Américas em Miami, para onde viajam hoje o presidente Itamar Franco e o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso. O Brasil mandou tropas de paz à África, e por decisão da ONU é obrigado a custeá-las com os seus próprios recursos, mas o Senado não toma conhecimento desse assunto.

O endividamento dos estados, considerado ameaça ao plano de estabilização da economia, é tema exclusivo do Senado apenas no papel, ou na hora de votar o aumento das dívidas. Não se faz no Senado uma discussão profunda que leve a uma fórmula qualquer de colaboração nesse terreno com o Poder Executivo e com os estados.

A lei de concessões do serviço público, considerada por Fernando Henrique ponto de partida para a ampliação das privatizações e para o desafogo do Estado, passeia há longo tempo pelo Senado, sem previsão de aprovação. A regulamentação do artigo da Constituição que limita em 65% da receita a folha de pagamento dos estados foi guardada na gaveta de um senador.

Quando tem à sua mão tantos assuntos de interesse público e imediato para o país, ou à sua vista tantas discussões sérias a promover, o Senado prefere aprovar em menos de um minuto, na calada da noite de quarta-feira, uma lei do interesse estritamente particular de 16 parlamentares, especialmente o senador Humberto Lucena, anistiando-os da condenação ou de eventuais processos pelo uso de sua gráfica oficial na confecção de material de propaganda eleitoral — em palavras mais precisas, pelo mau uso do dinheiro público.

A Lei de Lucena é mais do que uma lei de anistia. É a Lei da Esperteza. Aquele minuto que corrou no Senado o enredo de tenebrosas transações em proveito próprio dos senadores merece um boletim especial de ocorrências por ter proporcionado a substituição da Lei de Gérson, a da melhor vantagem, pela Lei de Lucena, a da vantagem com escárnio. Votou-se com desprezo pelo bom senso, com deboche. E também com a pressa e a surpresa típicas de ações ou atitudes clandestinas.

Montou-se um aparato de solidariedade e cumplicidade para salvar a pele de Lucena e de seus 15 companheiros de gráfica, sob o argumento rasteiro de que a decisão da Justi-

ça Eleitoral, cassando o registro de uma candidatura bem-sucedida, foi punição exagerada. Uma Casa que cria leis inventa uma especificamente para fazer com que uma decisão da Justiça, encarregada de fazer cumprir as decisões do Legislativo, não seja acatada por senadores e deputados.

Como se fosse pouco, os senadores procuram agora completar este deprimente feito de final de legislatura espalhando a idéia da anistia e da esperteza pela Câmara dos Deputados, para onde a Lei de Lucena está seguindo. O motorneiro desse bonde da alegria é o PMDB, que desde as suas origens e a denominação anterior de MDB foi o partido das grandes causas do país — entre elas, a de uma anistia nobre como a que trouxe de volta ao país os exilados e perseguidos políticos da ditadura militar. Hoje, neste caso, o PMDB é, melancolicamente, apenas o partido de Lucena.

É uma ironia para os velhos combatentes do PMDB que os maiores obstáculos à Lei de Lucena na Câmara sejam o PFL e o deputado Inocêncio Oliveira. Desde o início da trama, Inocêncio se declarou contra a aprovação de uma lei específica para beneficiar Lucena. É uma atitude política decente, mas é também o troco de Inocêncio à rasteira que levou de Lucena na época em que pretendia presidir a revisão constitucional.

Sábios do Congresso imaginam que a Lei de Lucena só tem chance de aprovação na Câmara se o PMDB a adotar como decisão de partido, e marchar unido e coeso em torno dela. Algo semelhante ao que o PFL fez para proteger e garantir a absolvição do deputado Ricardo Fiúza, na CPI da Comissão do Orçamento. Mas só um milagre consegue hoje em dia dar coesão ao PMDB.

Não se espere a solidariedade do PFL na Câmara à Lei de Lucena. Se não bastasse a reação de Inocêncio, certamente estimulada por caciques do partido, a retirada de Lucena cria a expectativa de posse de um pefelista, Raimundo Lyra, em sua vaga no Senado.

Não é a motivação mais nobre para um PFL que procura mudar de imagem. O melhor que o partido faria seria rejeitar também Raimundo Lyra, que imprimiu e deixou guardados na gráfica do Senado 300 mil cadernos com sua propaganda — e defender a realização de nova eleição para uma vaga de senador na Paraíba.